

## **Gramática normativa: o território tardio da mudança / *Normative grammar: the late territory of change***

*José Carlos Alves de Azeredo Júnior\**

*Thiago Soares de Oliveira\*\**

### **RESUMO**

Com o objetivo de demonstrar como a gramática normativa é resistente às mudanças linguísticas, mantendo-se inerte durante séculos, este trabalho parte do comportamento diacrônico das preposições *a* e *em*, no início e no fim do português arcaico, quando relacionadas a circunstâncias de lugar. Para isso, utilizam-se como *corpora* excertos das obras *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente, e *Diálogos de São Gregório*, constante em trabalho de Américo Venâncio Lopes Machado Filho, além de obras de gramáticos cujos exemplos representam a fase arcaica da língua portuguesa. Considerando a fonte de dados a que se recorre, metodologicamente este trabalho adota as pesquisas bibliográfica e documental como forma de dar conta do escopo delimitado, valendo-se dos pressupostos teóricos da Linguística Histórica, especialmente o relativo à mudança linguística, principal objeto de estudo de tal ciência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística histórica; Mudança linguística; Gramática normativa; Português arcaico.

### **ABSTRACT**

*With the aim of demonstrating how normative grammar is resistant to linguistic changes, remaining inert for centuries, this work starts from the diachronic behavior of the prepositions *a* and *em*, at the beginning and the end of the archaic Portuguese, when related to local circumstances. For this, excerpts are used as excerpts from the works *Auto da Barca do Inferno*, by Gil Vicente, and *Dialogues of St. Gregory*, constant in the work of Américo Venâncio Lopes Machado Filho, besides works by grammarians whose examples represent the archaic phase of the language portuguese. Considering the data source that is used, methodologically this work adopts bibliographical and documentary research as a way of accounting for the delimited scope, using the theoretical assumptions of Historical Linguistics, especially that related to linguistic change, the main object of study of such science.*

**KEYWORDS:** *Historical Linguistic; Language Change; Normative Grammar; Old Portuguese.*

## **1 Considerações iniciais**

Com base na consideração de que a gramática normativa reúne a norma-padrão de uma língua, este trabalho tem como objetivo demonstrar, por meio do uso preposicional em contextos formais, tais como o são as obras literárias escritas no português arcaico, a resistência exercida pela norma no que diz respeito à assimilação da mudança linguística, sendo esta a principal preocupação da Linguística Histórica, ciência que respalda as reflexões aqui desenvolvidas.

---

\* Licenciado em Letras pelo Instituto Federal Fluminense - IFF, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. rpr.junior@hotmail.com.

\*\* Doutor e Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. so.thiago@hotmail.com.

Em termos organizacionais, divide-se o artigo em três partes, sendo a primeira delas introdutória, visando, a partir da temática geral das preposições, a uma recuperação bibliográfica a respeito da resistência normativa à mudança linguística. Com isso, pretende-se reunir subsídios teóricos, cuja base geral encontra-se principalmente nas obras de Said Ali (1931), Cunha e Cintra (2013) e Bagno (2007), entre outros autores, para tratar das preposições *a* e *em* relacionadas a circunstâncias de lugar, tópico a ser abordado na segunda seção do trabalho, a qual, após essa discussão inicial, já adentra na questão preposicional específica, seus usos no latim e suas modificações fonéticas, morfológicas e sintáticas, configurando-se em uma reflexão histórica e bibliográfica baseada nas obras de Basseto (2010), Cart *et al.* (1986), Bechara (2009), Rocha Lima (2011), além de outros estudiosos do assunto.

A rigor, a investigação em gramáticas antigas e latinas tem o intuito de verificar as regras sintáticas de emprego das preposições estudadas em determinada época. Já a pesquisa em gramáticas históricas e obras filológicas pretende levantar dados sobre o que os teóricos já registraram de transformações no emprego das preposições *a* e *em*. O olhar sobre gramáticas modernas, por sua vez, pretende completar o levantamento desses dados, além de propiciar a comparação entre as tendências contemporâneas de uso e as de outras épocas. De mais a mais, os autores a quem se recorre nesta pesquisa funcionam como marca para o entendimento de como podem ser organizadas as investigações científicas de natureza histórica.

A terceira seção, por sua vez, parte da busca de elementos em textos literários antigos (pesquisa documental) a fim de se analisar o uso das preposições *a* e *em* relacionadas a circunstâncias de lugar no português arcaico. Nesse sentido, foram escolhidos excertos do *Auto da Barca do Inferno* e trechos do livro *Diálogos de São Gregório*, constantes na obra de Machado Filho (2015), pois dão conta de transmitir, a título de exemplo, o registro formal de suas épocas e, ademais, são os tipos de texto utilizados pelos autores da Linguística Histórica para fins análogos ao desta pesquisa, como se pode observar em Mattos e Silva (2006), Said Ali (1931), Bechara (2009), Cart *et al.* (1986), entre outros. A essas duas causas, pode-se acrescentar o fato de os textos se encontrarem em linguagem original, o que garante a utilidade dos dados obtidos. A seção também discute como os usos dessas preposições eram flexíveis no português arcaico.

Por fim, pontua-se que este trabalho, de natureza histórica e metodologicamente apoiado nas pesquisas bibliográfica e documental, não pretende esgotar o assunto nem os vieses a partir dos quais se pode abordar a questão da gramática como o território tardio da mudança linguística, mas contribuir para a reflexão acerca do assunto sob uma perspectiva diacrônica.

## **2 A resistência à assimilação da mudança**

A mudança linguística é uma realidade (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006). Sua ocorrência é perceptível tanto para estudiosos da língua quanto para leigos. Estes, embora não sejam cientistas, são usuários criadores e praticantes de registros linguísticos e, por isso, são capazes de perceber alterações temporais, regionais e sociais, que incidem sobre a língua.

Essas mudanças, seja na fonologia seja na semântica, e até mesmo na morfologia e na sintaxe, têm baixa aceitabilidade pela norma-padrão. Said Ali (1931, p. 21) cita como exemplo o caso das mudanças fonológica e morfológica da atual preposição entre: “em port. ant. [português antigo] havia a preposição *antre* (inter [latim]), usada ainda por vários quinhentistas. Camões e os que aprenderam a sua linguagem restabeleceram a forma *entre*”.

Ora, se Cunha e Cintra (2013) consideram que o português antigo<sup>1</sup> surge no século XIII como um idioma distinto do latim vulgar, e Said Ali (1931) afirma que é somente no Quinhentismo que a mudança de *antre* para *entre* se consolida por meio da influência de Camões, têm-se aí quase três séculos de permanência da forma *antre*, no português antigo. Se se leva em conta, ainda, a distância temporal entre o *antre*, do português antigo, e sua forma anterior *inter*, do latim, ver-se-á um extenso intervalo de dez séculos, considerando que o latim vulgar, segundo Cunha e Cintra (2013), chega à Península Ibérica no século III d. C.

Ao percorrer o caminho da preposição *entre*, desde o latim vulgar até o português moderno, nascido no século XVI, consoante Cunha e Cintra (2013), são contabilizados cerca de treze séculos para que a forma atual fosse estabelecida como

---

<sup>1</sup> A expressão “português antigo” é utilizada de forma genérica, aqui, para designar o português arcaico.

padrão. Na mesma linha de Said Ali (1931), Basseto (2010) também considera a dificuldade de os contextos formais aceitarem as variações da língua. Ele explica, por exemplo, que os estratos populares do latim, desde o início do Império, recorriam ao uso de preposições<sup>2</sup>, para, principalmente, resolver o problema da confusão entre desinências homônimas de casos diferentes. Mas, segundo o autor, embora o uso fosse comum, recorrente e duradouro, o sistema literário das declinações sempre dispensou as preposições. Bagno (2007) reforça esse pensamento ao afirmar que, para indicar as funções sintáticas dos termos, o latim vulgar foi substituindo o sistema de desinências por artigos e preposições:

O latim clássico era uma língua sintética, isto é, exprimia as funções sintáticas das palavras por meio de desinências, ao passo que já o latim vulgar e as línguas românicas são analíticas, isto é, exprimem as funções sintáticas das palavras mediante a ordem destas no sintagma e pelo uso de elementos como artigos e preposições. (BAGNO, 2007, p. 28).

Em seguida, o autor exemplifica essa transição de lógica de uso de preposição da seguinte forma:

---

<sup>2</sup> Segundo Basseto (2010), no latim, as preposições eram, originalmente, advérbios. Foi a língua vulgar que ressignificou seu uso ao colocá-las como conectivos.

LATIM CLÁSSICO

liber Petri

LATIM VULGAR

libru de Petru

PORTUGUÊS

o livro de Pedro

Fonte: Bagno (2007).

Em concordância com Bagno (2007), Fonseca e Moraes (1942) afirmam que “as preposições são menos utilizadas em latim que em português, pois são substituídas pelos casos” (FONSECA; MORAES, 1942, p. 143). Faria (1958) observa, na mesma linha de pensamento, que as preposições conquistaram o *status* de classe gramatical não por força própria, mas pela exigência dos casos que, à medida que se ia ruindo o sistema de declinações<sup>3</sup>, necessitavam das preposições para lhes conferir mais clareza. Concordando com Faria (1958), Wiedemer, em trabalho atual, afirma que,

Mais especificamente, as preposições, em latim, advindas de advérbios, originalmente dependiam diretamente do verbo e não regiam nenhum caso. No latim, as funções sintáticas eram marcadas pelas desinências casuais, porém, com as modificações fonéticas e morfológicas, elas se tornaram opacas semanticamente. Em virtude desse processo, o número de preposições utilizadas para expressar as flexões casuais aumentou, de maneira a indicar determinadas circunstâncias, tais como: origem, instrumento, etc. (WIEDEMER, 2013, p. 51).

Vale lembrar que essa mudança na relação sintática está restrita às variantes coloquiais do latim, não conseguindo penetrar na norma. Portanto, se chegassem às colônias do Império Romano na Europa, predominantemente, as variantes mais formais da língua<sup>4</sup>, possivelmente as línguas neolatinas, e o português, sendo uma delas, não teriam herdado tantas preposições como herdaram, já que tenderiam a aderir ao sistema formal das declinações. A lógica analítica, que resulta no uso de preposições para indicar as funções sintáticas dos termos da oração, está no português porque o contato

---

<sup>3</sup> Segundo Faria (1958), em língua latina, as palavras são formadas por tema + desinência. A vogal que encerra o tema de um substantivo define a declinação a que ele pertence. Cada uma das cinco declinações contém um paradigma de flexão desinencial, para que um nome varie tendo em vista sua função sintática em uma oração. Os adjetivos também são flexionados pelas declinações, mas seguem um sistema diferente dos substantivos. Cf. Faria (1958) e Cart *et al.* (1986).

<sup>4</sup> Segundo Nunes (1969), o latim clássico também estava presente nos novos territórios conquistados, mas era restrito aos núcleos urbanos como forma de os novos cidadãos romanos acessarem os direitos outorgados pelo Império.

direto se deu com a modalidade vulgar<sup>5</sup> da língua latina. Pode-se, pois, notar a dificuldade de aceitação da variação linguística pelos contextos padronizadores, haja vista que, embora o uso de preposições como conectivos já ocorresse desde o início do Império Romano, construções dessa natureza nunca foram consideradas formais em latim e só chegaram à aceitação em domínios formais, nas línguas derivadas da língua de Roma, as quais tiveram contato com o estrato vulgar do idioma e, portanto, só tinham esse registro como fonte para a sistematização.

As visões de Said Ali (1931), Baseto (2010) e Bagno (2007) convergem no sentido de darem a dimensão da resistência à mudança linguística (resultado da persistente variação) que possuem os contextos mais formais da língua. No intuito de explicar essa resistência, Mattos e Silva (2008), com base em Jakobson, afirma que isso se trata de um mecanismo do sistema para garantir equilíbrio em seu funcionamento e que, mesmo as poucas mudanças admitidas, também são para sua autorregulação, para garantir a harmonia interna. Cardeira (2006), na mesma linha, acrescenta que o sistema não apenas pode admitir certas mudanças, mas também ser ele o gerador dessas transformações:

Se a língua se organiza como um sistema dinâmico em permanente busca do equilíbrio, as suas estruturas poderão ser, elas próprias, causadoras de mudança: oposições que não se revelem funcionais podem desaparecer, já que um princípio de economia tenderá a eliminar redundâncias, ou novas oposições podem ser criadas no sentido de preencher lacunas que um princípio de clareza necessária à comunicação tenderá a colmatar. (CARDEIRA, 2006, p. 14).

A partir dessas visões, pode-se entender que, conquanto as mudanças no sistema da língua sejam muito morosas, já que ele é sobremaneira estável e homogêneo, elas ocorrem, seja por meio de fatores extralinguísticos, nos quais uma variação é tão cristalizada que sua não admissão pode comprometer a capacidade do sistema de comunicar, seja por transformações motivadas pelo próprio sistema, no intuito de descartar formas desnecessárias ou garantir a eficiência de seus mecanismos internos garantidores de clareza e comunicação.

---

<sup>5</sup> Sobre a formação do português, consultar Castro (1991), Cunha e Cintra (2013), Said Ali (1931) e Mattos e Silva (2006).

### 3 O caso das preposições *a* e *em*

Por meio de alguns exemplos e discussões, pôde-se analisar brevemente como os contextos mais formais da língua são resistentes à mudança. Compreendidas essas questões, adentrar-se-á nas modificações morfológicas sofridas por ambas as preposições e na análise do seu comportamento atreladas a circunstâncias de lugar em latim, fazendo um comparativo com a norma atual.

No que diz respeito às mudanças morfológicas, de acordo com Said Ali (1931), as preposições *a* e *em* pertencem ao grupo de conectivos que veio alterado do latim vulgar para o português arcaico: “passaram ao português: 1) sem modificação de forma, ante, contra, de, per; 2) alteradas, ad > a; post > pos; cum > com; inter > antre, entre; sine > sem; trans > tras; pro > por; secundum > segundo; in > en, em; sub > sob, so” (SAID ALI, 1931, p. 233-234).

Visto isso, é perceptível que a preposição *ad*, do latim vulgar, sofre, no decorrer do tempo, apócope<sup>6</sup> do *d*, isto é, perde seu fonema final, assumindo a forma *a*, desde o português arcaico. Basseto (2010), indo mais a fundo, explica que essas preposições chegaram ao português e às demais línguas românicas porque elas eram estruturas estáveis dentro da língua latina, e essa estabilidade se deve ao fato de, em um primeiro momento, esses conectivos (e alguns outros) terem valor adverbial:

Originariamente, as preposições eram antigos advérbios indeclináveis, designativos primeiramente de lugar e, depois, de tempo. Em grande parte, eram formas declinadas e petrificadas, mas autônomas e relacionadas tanto com os nomes como com os verbos. Por sua estreita ligação fonética e semântica com as outras classes de palavras, perderam a autonomia. (BASSETO, 2010, p. 325).

Com base na observação de Basseto (2010), é possível entender que o aumento do contato da preposição *ad* com outras palavras após a evolução já iniciada no latim vulgar para a lógica analítica da língua, em que esses conectivos são utilizados (tal como os artigos) para determinar as funções sintáticas dos termos da oração, no lugar

---

<sup>6</sup> “A apócope é a supressão de um segmento sonoro no fim da palavra” (BAGNO, 2007, p. 9).



das declinações<sup>7</sup>, possa ter motivado a apócope *ad* > *a* para fins de simplificação fonética, visando à acomodação nesse novo sistema de estruturação sintagmática. A respeito do uso da preposição *ad* no latim em relação a circunstâncias de lugar, Said Ali (1931) afirma que era empregada para designar direção e movimento para algum ponto. Contudo, segundo o autor, é possível verificar, concomitantemente, usos indicando posições estáticas. Portanto, desde o latim, o cruzamento das ideias estáticas e de movimento contidas no conectivo é observável:

Serve a preposição, além disso, para exprimir noções decorrentes do conceito primitivo. Com o sentido de lugar onde, isto é, denotando, não a direção em que se encaminha o movimento, e sim o ponto terminal, já se usava 'ad' no latim vulgar e ocorrem, até, alguns exemplos deste gênero em Varro e Tito Livio. (SAID ALI, 1931, p. 243).

Em concordância com Said Ali (1931), Cart *et al.* (1986) acrescentam que a preposição *ad* era empregada tanto com o caso<sup>8</sup> acusativo quanto com o caso ablativo, relacionada a circunstâncias de lugar. Declinavam-se no caso acusativo os adjuntos adverbiais de lugar que exprimiam ideias de movimento e, no ablativo, os de noções estáticas. Em expressões que indicam movimento, atreladas ao acusativo, podem-se observar os seguintes exemplos:

Ex. 1: Orat te pater ut ad se venias - Teu pai te suplica que vás para<sup>9</sup> junto dele  
(CART *et al.*, 1986, p. 33).

Ex. 2: A Caesare invidor ut ad se veniam - Sou convidado por César para vir para junto dele  
(CART *et al.*, 1986, p. 33).

Nas expressões estáticas, atreladas ao ablativo, enquanto Said Ali (1931) dá a entender um uso aleatório e arbitrário da preposição *ad*, dizendo somente que é possível

---

<sup>7</sup> Cf. Bagno (2007).

<sup>8</sup> Para maiores informações sobre os casos latinos, conferir Cart *et al.* (1986) e Faria (1958).

<sup>9</sup> Segundo Basseto (2010), *para* é resultado da aglutinação das preposições *per* + *a* (*ad* já tendo sofrido a apócope). Sua transformação ocorreu da seguinte forma: *per* + *a* > *pera* > *para*.



a ocorrência, mas sem especificá-la, Cart *et al.* (1986) restringem o emprego às expressões que indicam proximidade, como a seguir:

Ex. 3: *Eo ad patrem, ad rivum* - Vou à casa de meu pai, ao rio (junto de)

(CART *et al.*, 1986, p. 110).

Ex. 4: *Dicere ad judicem* – Falar diante do juiz

(CART *et al.*, 1986, p. 110).

Já sobre a preposição *in* não há, na bibliografia pesquisada, um metaplasmo que dê conta de basear a transformação *in* > *en* > *em*. Contudo, Bagno (2007) expõe um processo cognitivo bastante conhecido dentro da Linguística Histórica, denominado Analogia<sup>10</sup>:

A analogia é um processo cognitivo por meio do qual os falantes da língua tendem a regularizar formas irregulares e menos gerais com base em outras formas, mais regulares e de emprego mais freqüente. No estudo diacrônico de qualquer língua, é possível observar a analogia em ação, na medida em que formas outrora irregulares passaram a se enquadrar em paradigmas regulares. (BAGNO, 2007, p. 38).

O autor trabalha esse conceito com base em exemplos, como a transformação *sic* > *sim*, em que a nasalização teria ocorrido por conta do som nasal de seu par antônimo *não*, um movimento do sistema linguístico para estabelecer uma regularidade entre as formas. Levando em conta o conceito e o exemplo de Bagno (2007) e juntando-os ao registro feito por Basseto (2010) de que *in* tinha/tem como antônimo a palavra *ex*<sup>11</sup>, pode-se pressupor que é possível que a transformação *in* > *en* > *em* possa ter ocorrido por analogia ao seu antônimo *ex*, grafado com *e*.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Cf. Basseto (2010) e Weedwood (2002).

<sup>11</sup> A palavra *ex* é atualmente prefixo no português, contudo, em língua latina, tinha valor preposicional. O uso frequente diante das palavras fez com que *ex*, tal como outros conectivos, se incorporasse a elas. Cf. Basseto (2010).

<sup>12</sup> As causas pelas quais a transformação tenha ocorrido no *in*, e não no *ex*, não são descritas na bibliografia pesquisada, e investigá-las desviaria o objetivo do trabalho.

Sobre seu uso diante de circunstâncias de lugar, Said Ali (1931) explica que, no latim, a preposição *em* era empregada, com o acusativo, em expressões com verbos como *converter* e *transformar*, que significam movimentos encaminhados em determinado sentido. Cart *et al.* (1986) ampliam a explicação sobre o uso com o acusativo ao afirmarem que o emprego de *in* ocorria com esse caso em qualquer expressão que indicasse movimento, inclusive no lugar de *a* e *para*. Além disso, acrescentam o uso da preposição associado ao ablativo, dessa vez para indicar lugares estáticos. Exemplos desses usos, a seguir:

Ex. 5: *Venit in hortum – Veio ao jardim*

(CART et al., 1986, p. 110).

Ex. 6: *Ambulat in horto – Ele passeia no jardim*

(CART et al., 1986, p. 110).

Faria (1958), da mesma forma que Cart. *et al.* (1986), registra os usos de *a* (*ad*) e *em* (*in*) tanto para ideias dinâmicas quanto para noções estáticas. Já Fonseca e Moraes (1942), ao contrário dos autores citados anteriormente, não registram o uso de *ad* para noções estáticas no latim. Todavia, citam o uso de *in* para noções de movimento, junto a palavras declinadas no caso acusativo. Entende-se, a partir da visão de todos esses autores, a perfeita abertura que a lógica gramatical do latim vulgar, base da lógica gramatical do português, propicia para que o falante utilize a preposição *em* em quaisquer contextos que denotem movimento, pois é notável o entrecruzamento dos usos de *ad* e *in* diante das circunstâncias de lugar, estando ambas, no latim, presentes em expressões com ideias estáticas e de movimento. Contudo, embora haja lógica, a norma atual não permite determinados usos historicamente comuns, como se observa em Bechara (2009):

O sistema preposicional do português, do ponto de vista semântico, está dividido em dois campos centrais: um que se caracteriza pelo traço 'dinamicidade' (física ou figurada) e outro em que os traços de noções 'estáticas' e 'dinâmicas' são indiferentemente marcados em ambos, tanto em referência ao espaço quanto ao tempo. Ao primeiro campo pertencem: *a*, *contra*, *até*, *para*, *por*, *de* e *desde*; ao segundo:

ante, trás, sob, sobre, com, sem, em e entre. (BECHARA, 2009, p. 298-299).

O autor entende a preposição *a* designando apenas dinamicidade e a preposição *em* admitindo ambas as noções. Mais à frente, no que tange à ideia de movimento, restringe o uso de *em* aos seguintes contextos:

Lugar para onde se dirige um movimento, sucessão, em sentido próprio ou figurado: Saltar em terra. Entrar em casa. De grão em grão. Observação: a língua padrão não agasalha este emprego com os verbos vir, chegar, preferindo a preposição *a*: Ir à cidade; chegar ao colégio. (BECHARA, 2009, p. 316).

O autor só atribui à preposição *em* e às demais de seu grupo o uso para noções de *lugar onde*, salvo o caso exposto acima. Já a utilização de *a* para ideias que outros autores, como Cart *et al.* (1986), Faria (1958) e Said Ali (1931), consideram estáticas é até citada por Bechara (2009), mas ele depreende desse caso a ideia de movimento, como no exemplo:

Ex. 7: “Vejo-a a assomar à porta da alcova [...]”

(BECHARA, 2009, p. 316).

Bechara (2009), ao contrário de Cart *et al.* (1986) e Faria (1958), que consideram noção estática em usos análogos no latim vulgar (por exemplo: *ad rivum* – ao rio, junto do rio), escolhe sugerir uma percepção de movimento, utilizando a palavra *aproximação* quando explica o sentido da preposição nesse caso. Em síntese, no que toca ao emprego diante de circunstância de lugar, Bechara (2009) restringe o conectivo *a* apenas a noções de movimento. Sobre *em*, generaliza seu uso para percepções estáticas, admitindo a preposição na ideia de dinâmica apenas no caso de *lugar para onde se dirige um movimento*.

Cunha e Cintra (2013) concordam com Bechara nos empregos de ambas as preposições, contudo divergem na denominação de um deles: o que Bechara (2009) denomina *aproximação/contiguidade* para o emprego de *a* em casos como o do exemplo acima, Cunha e Cintra (2013) chamam de *situação*. É importante perceber que,

ainda que Cunha e Cintra mudem a percepção de aproximação/contiguidade para situação, eles, em nenhum momento, assim como Bechara (2009), mencionam acerca de *noção estática* ou *lugar onde*. Já Rocha Lima (2011) prevê ambas as noções em sua gramática, promovendo uma diferenciação entre elas: quando o autor aborda o caso da aproximação é como se tratasse de uma posição à qual realmente alguém segue em direção, de fato se aproxima, citando exemplos como “a igreja estava fechada e o sacristão à porta com as chaves na mão / Um curioso em Itália (segundo um autor de crédito conta) estando com sua mulher ao fogo lendo o Ariosto...”. (ROCHA LIMA, 2011, p. 437).

Quando Rocha Lima (2011) aborda a questão da *situação*, não designa uma posição com sentido físico, e sim o papel de alguém ou de alguma coisa em um determinado contexto, explicando por meio de exemplos como este: “Aquele cinto azul, que o céu estende [À nossa mão esquerda.../Cavaleiros — disse o conde de Seia depois de escutar um instante e aproximando-se da mesa — assentai-vos. Marechal à cabeceira. Que ninguém ocupe esse lugar junto a vós. É bom para o vilão.” (ROCHA LIMA, 2011, p. 438). Além dessa ressalva, o autor concorda com os demais em todos os outros aspectos, inclusive, tecendo uma observação análoga, mas aprofundada, à de Bechara (2009) no que diz respeito ao emprego dessas preposições junto aos verbos de movimento:

O *in* que se combina com acusativo (*in urbem ire*) foi igualmente substituído, na maioria dos casos, por *ad*. Tal transformação, que já estava bastante adiantada no período clássico, tem progredido cada vez mais na língua literária moderna, o que atesta ser o português, assim como o espanhol, um dos idiomas românicos mais seguramente etimológicos no emprego das preposições *em* e *a*. Na sintaxe literária de nossos dias não é comum encontrar-se *em* com verbos de movimentos (*ir na cidade*), a não ser em certas construções como *tornar em si*, *cair no laço*, *saltar em terra*, etc., e ainda na combinação de... *em*: *de casa em casa*, *de porta em porta*, etc. (ROCHA LIMA, 2011, p. 456).

Castilho (2007) discorda dos autores citados no arranjo dessas preposições quanto às suas disposições sintáticas, contudo, embora não utilize palavras como *dinamismo* ou *lugar estático*, mantém as duas ideias ao colocar a preposição *a* na categoria de conectivos que indicam meta e *em*, no eixo que indica conteúdo, e nas

locuções prepositivas verticais de valor estático, como *em cima de*. Em seu artigo *Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro: espaço /anterior/ ~ /posterior/*, a classificação se dá de acordo com a Fig. 1:

- Eis aqui uma primeira proposta de arranjo:
- A) Preposições do eixo horizontal: /+Origem/: *de, desde* ~ /+Meta/: *até, contra, a, para*. Orientação lateral: *à esquerda de, à direita de*.
  - B) Preposições do eixo vertical: /+Superior/: *sobre, por cima de, em cima de* ~ /+Inferior/: *sob, embaixo de, por baixo de, debaixo de*.
  - C) Preposições do eixo transversal: /+Anterior/: *ante, diante de, antes de, em frente de, em face de, defronte de, defronte a, à frente de* ~ /+Posterior/: *atrás (de), por trás de, após, depois (de), em pós de*.
  - D) Preposições do eixo Contínente ~ Conteúdo: /+Dentro/: *em, entre, dentro de, em meio de, em meio a, com* ~ /+Fora/: *fora de, sem*.
  - E) Preposições do eixo Proximal: *perto de, acerca de, a cabo de, junto de, a par de, em presença de, à beira de*; Distal: *longe de, distante de, na ausência de*.

Fig. 1. Fonte: Castilho, 2007

A partir de todas essas visões, é possível notar que a tendência da norma atual é, no que tange ao emprego diante de circunstâncias de lugar, restringir o uso do *a* junto a noções de movimento, afastando-o de noções estáticas, bem como generalizar o uso do *em* para essas ideias, abrindo exceção somente nos casos que indicam sucessão, alcance. Contudo, observa-se que os usos em latim vulgar divergem dos atuais, como se vê em Cart. *et al.* (1986) e em Rocha Lima (2011), já que ambas as preposições eram utilizadas em ambas as noções. Tal uso permanece no português arcaico, como será mostrado a seguir.

#### 4 A flexibilidade do português arcaico

De acordo com Cunha e Cintra (2013), entende-se como português arcaico, antigo, entre outras terminologias semelhantes, o período da língua portuguesa

compreendido entre o século XIII e a primeira metade do século XVI. Nessa época, o uso da língua portuguesa era bastante flexível, como explica Mattos e Silva (2006):

Àquela altura da história do português ainda não se explicitara a norma, os padrões do uso prestigiado, estabelecidos pelos gramáticos. O português arcaico escrito, representação do falado, move-se independente dos gramáticos e do ensino do português padrão nas escolas, já que por toda a Idade Média europeia é o latim a língua da escola, para os raros escolarizados. (MATTOS E SILVA, 2006, p. 17).

Teyssier (1982) acrescenta que a primeira gramática da língua portuguesa só surge em 1536, já na transição para a fase moderna do português. Todos esses fatores de falta de normatização da língua influem, segundo Castro (1991), na carência de registros daquela época, o que dificulta a investigação do percurso da língua no português arcaico, pois os textos que trazem esses registros são

Uma documentação insuficiente: os textos escritos não permitem conhecer plenamente a língua que se falava, porque a relação entre o plano das grafias e o plano da oralidade nem sempre é fácil de estabelecer, e porque apenas chegaram até nós alguns dos textos em cada período produzidos. (CASTRO, 1991, p. 174).

Por conta da ausência de norma gramatical, fala-se aqui apenas em norma-padrão, usos formais, e outras expressões sinônimas, já que, apesar da ausência geral de regras gramaticais, a língua antiga mostra padrões regulares e formais em diversos aspectos. Pela carência de registros da época, a análise dos padrões sintáticos das preposições *a* e *em* diante de circunstâncias de lugar será feita em textos literários, entendendo-os como o espaço mais formal possível à época, a que se tem acesso, como também entendem Castro (1991), Teyssier (1982) e Mattos e Silva (2006), que também os utilizam para seus estudos.

A respeito do emprego das preposições *a* e *em* no português arcaico diante de circunstâncias de lugar, usos análogos aos do latim vulgar, atualmente vedados pela gramática, permanecem, como se pode observar nos exemplos a seguir, do livro *Diálogos de São Gregório*, século XIV:

Ex. 8: “*Aquesta manceba com sa sogra foi convidada pera ir aa consagraçon da eigreja de San Sevaschãõ martir*”. (MACHADO FILHO, 2015, p. 36).

O fragmento acima mostra o verbo *ir* ligado à sua circunstância de lugar (*consagraçon*) pela preposição *a*. Nota-se, então, a permanência da flexibilização nesse emprego, já que tanto *em* quanto *a* poderiam ser usados irrestritamente atrelados a noções dinâmicas. Sobre o uso da preposição *a* no português arcaico, pode-se observar seu emprego desta vez para designar lugar onde, o que estaria em desacordo com as regras atuais, também no livro *Diálogos de São Gregório*, século XIV:

Ex. 9: “*En aquela noite sobiu San Beento a cima do monte con huum menino pequeno [...]*”. (MACHADO FILHO, 2015, p. 58)

Vê-se que, no trecho acima, a forma verbal *subiu* (verbo subir) é ligada à sua circunstância de lugar (*cima do monte*) pela preposição *a*. Em outro exemplo, do mesmo texto, observa-se o emprego da preposição *em*, parecido com o primeiro exemplo, que também estaria em desacordo com a norma contemporânea:

Ex. 10: “*E pera saberes que ti digo verdade, afirmando que foi no ceo, sábi que mi deron alá do pera poder falar todolos lenguaeens*”.

(MACHADO FILHO, 2015, p. 202)

Como já foi exposto por Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2013), a preposição *em* não é admitida, atualmente, nesses tipos de expressões que denotam movimento ou extensão. No primeiro e quarto exemplos, observa-se que esse uso não era problemático. Nem é problemático, vide no segundo exemplo o uso da preposição *a*, como é exigido atualmente segundo tais autores. Também é possível visualizar, no terceiro exemplo, a ocorrência de *a* para noção de *lugar onde*.

Retomando o conceito de analogia exposto por Bagno (2007), é possível supor que, ao se ter a ideia dinâmica (sucessão, alcance) contida na preposição *em*, em outras construções, tanto no português arcaico como atualmente, o usuário da língua possa utilizar eventualmente a mesma preposição para as demais ideias de movimento,



motivado pela necessidade do sistema da língua de homogeneizar os padrões, evitar redundâncias, como ressaltam Cardeira (2006) e Mattos e Silva (2008). Talvez, pelas mesmas causas, opte-se coloquialmente na língua atual pela preposição *em* nas construções que exprimem aproximação, quando se deveria usar, segundo apregoa o padrão normativo, a preposição *a* (estar na porta, em vez de estar à porta; estar na mesa, em vez de estar à mesa).

É importante pontuar que tais usos, considerados informais atualmente, ocupavam contextos formais no português arcaico e que a lógica utilizada hoje em dia no colóquio cotidiano tem respaldo nos contextos formais da época. Também é importante notar que é esse português com o uso flexível das preposições *a* e *em* para circunstâncias de lugar que chega ao Brasil, no século XVI, podendo ser esse um fator importante para que os falantes locais tenham dificuldade em acompanhar a normatização ocorrida séculos mais tarde. Além disso, com base nos exemplos expostos acima, é evidente o fato de que as formas de emprego das preposições *a* e *em* diante de circunstâncias de lugar nos contextos formais nem sempre ocorreram no modelo da norma atual.

Para enriquecer o estudo, pode-se analisar, também, o texto *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente, datado de 1518. A obra ainda está inserida no português arcaico, contudo em um período que beira a transição para o português moderno, por conta, segundo Teyssier (1982), da consolidação de Portugal como um reino independente e com fronteiras bem delimitadas, o que possibilitou, por exemplo, o distanciamento entre o galego, falado ao norte da Península Ibérica, e o português, que passou a ser utilizado mais ao sul, restrito aos domínios de Portugal. Segundo o mesmo autor, nos textos de Gil Vicente, produzidos entre 1506 e 1536, essa transição é claramente visualizada, pois neles coexistem formas arcaicas e modernas (bem como vocábulos em mudança morfológica) que serão consolidadas mais à frente.

Em *Auto da Barca do Inferno*, podem-se observar os seguintes empregos da preposição *a*:

Ex. 11:

25 FIDALGO

“Vem o Fidalgo e, chegando ao batel infernal, diz:

Esta barca onde vai ora,  
que assim está apercebida?”

(VICENTE, 2015, p. 5)<sup>13</sup>

Vê-se, acima, o verbo chegar sendo ligado à sua circunstância de lugar (*batel*) pela preposição *a*, como é exigido pela norma gramatical atual. Contudo, estaria em desacordo com a norma atual, segundo Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2013)<sup>14</sup>, a regência da forma verbal *vai* (*verbo ir*), que não está ligada à sua circunstância de lugar (*onde*), pela preposição *a*. Durante toda a obra, vê-se a mesma construção com o advérbio *onde*, sem a preposição *a*, como pode ser observado neste outro exemplo:

Ex. 12:

“470 DIABO               Vamos onde havemos d’ir  
                                      FRADE                não praza a Deus com a ribeira!”  
                                      (VICENTE, 2015, p. 22).

A forma verbal *vamos* (*verbo ir*) está ligada diretamente à sua circunstância de lugar (*onde*), sem o uso da preposição *a*, o que, mais uma vez, estaria em desacordo com as atuais normas gramaticais, segundo Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2013). É importante dizer que, na obra, a forma justaposta *aonde*, usada no português contemporâneo para casos como o do exemplo acima, inexistente, bem como qualquer uso da preposição *a* anteposto ao advérbio *onde*.

Sobre a preposição *em*, o *Auto da Barca do Inferno* também traz exemplos de seu emprego, como o seguinte:

Ex. 13:

“75 ANJO                Que querês?  
                                      FIDALGO                Que me digais,  
  pois parti tão sem aviso,  
  se a barca do Paraíso  
  é esta em que navegais”

---

<sup>13</sup> Vale lembrar que, embora seja uma edição de 2015, a editora Porto reproduziu o texto original, de 1518, como explicitado na introdução do livro.

(VICENTE, 2015, p. 6).

No exemplo acima, a forma verbal *navegais* (verbo *navegar*) está conectada à sua circunstância de lugar (*que*, pronome relativo fazendo referência ao substantivo *barca*) pela preposição *em*. Analisando sob a ótica dos autores da norma gramatical atual, o emprego de *em* estaria correto, já que a preposição é empregada em uma expressão que indica lugar estático. É importante ressaltar que o uso da preposição *em* com expressões de movimento não aparece ao longo de toda obra, vide os casos dos verbos *ir* e *chegar* que, ou são diretamente ligados à sua circunstância de lugar quando esta é o advérbio *onde*, ou é empregada a preposição *a* para outras ideias de lugar que não o *onde*.

Ao se compararem as ocorrências em *Auto da Barca do Inferno* com os exemplos do livro *Diálogos de São Gregório*, é possível estabelecer uma diferenciação nos usos das preposições *a* e *em* nos textos do século XIV, fase mais medial do português arcaico, e XVI, século onde a língua já se encaminha para o português moderno. Na primeira época, os usos eram bastante flexibilizados e *a* e *em* se alternavam, sem um padrão, tanto em noções estáticas como em noções de movimento diante das circunstâncias de lugar. Já na segunda, o conectivo *em* está restrito a ideias estáticas e *a*, a ideias de movimento, portanto já passam a tender para o modelo da norma atual.

As aceções observadas no português arcaico deixam claro que a mutação da regra sintática nessa área formal da língua é uma realidade, mesmo sendo esse um espaço muito resistente a mudança, como registram Faraco (2005) e Weinreich, Labov e Herzog (2006). O próprio fato de tais usos antigos permanecerem pungentes atualmente, ainda que considerados informais, fornece uma dimensão de como os modelos sintáticos são duradouros.

### **Considerações finais**

Por meio deste estudo diacrônico de cunho bibliográfico e documental, abordou-se, primeiramente, a dificuldade que as variações linguísticas têm para que se

crystalizem como mudança linguística, haja vista a resistência do sistema da língua em assimilar mudanças. Por causa dessa resistência, uma variação pode levar séculos ocorrendo nos registros mais incultos, sem conseguir penetrar nos padrões normativos. Analisaram-se, também, aspectos morfológicos das preposições *a* e *em*, e seus comportamentos sintáticos diante de circunstâncias de lugar desde o latim vulgar até o português arcaico. Já que se trata de um estudo que investiga o desenrolar de um determinado fenômeno linguístico através dos tempos, insere-se na seara da Linguística Histórica.

Apresentadas todas as questões relativas à morosidade da assimilação das variações linguísticas (quando o são assimiladas), a pesquisa encontrou condições adequadas para lançar um olhar específico sobre a diacronia das preposições *a* e *em*, introduzindo-o com discussões sobre o comportamento dessas preposições no latim vulgar, envolvendo tanto suas transformações morfológicas quanto os seus empregos diante de circunstâncias de lugar.

Buscou-se, a partir disso, apresentar a visão da norma gramatical atual sobre o assunto, já que, para fins de comparação do uso corrente das preposições (escrito) com os usos em outros momentos da história, seria necessário recorrer a essas regras no decorrer de toda a escrita. No primeiro cotejo, entre a regra atual e o latim vulgar, constatou-se uma disparidade no emprego das preposições *a* e *em* diante das circunstâncias de lugar, já que a regra corrente reserva, de modo geral, à preposição *em*, nesses casos, o emprego em relação a noções estáticas ou de sucessão, contiguidade, e à preposição *a* as ideias de movimento, aproximação, enquanto que, no latim, elas se alternavam nesses usos.

Ao se analisarem os contextos flexíveis do português arcaico, demonstrou-se que as mesmas alternâncias nos usos das preposições identificadas no latim vulgar continuaram a ocorrer no início desse estágio da língua, mas evoluindo naturalmente, já que, na época, ainda não havia normatização para os usos previstos na regra atual, sendo comprovados esses dados por meio de textos literários da fase inicial e final do português arcaico.

Por fim, fato é que a língua muda, tanto em seus registros coloquiais quanto em seu registro formal. Por meio deste estudo, foi possível entender que, mesmo que haja resistência e morosidade, a mudança também é um dos mecanismos que garantem o

bom funcionamento do sistema da língua e a importância de entender a língua como um processo criativo que se estende pela história. De qualquer forma, a gramática mostra-se um território tardio de inclusão da mudança linguística.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. *Gramática histórica: do latim ao português brasileiro*. Brasília: UNB, 2007.
- BASSETO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*, V. 2. São Paulo: EDUSP, 2010.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CART, A. *et al. Gramática latina*. São Paulo: EDUSP, 1986.
- CASTRO, I. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CARDEIRA, E. *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006. Disponível em: [<https://pt.scribd.com/document/349353941/CARDEIRA-Esperanca-O-essencial-sobre-a-historia-do-portugues-pdf#>]. Acesso em: 03 out. 2017.
- CASTILHO, A. Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro: espaço /anterior/ ~ /posterior/. In: RAMOS, Jânia M. e ALKMIN, Mônica A. *Para a história do português brasileiro*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2007. Disponível em: [<http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Para%20a%20Hist%C3%B3ria%20do%20Portugu%C3%AAs%20Brasileiro%20V%20-%20Estudos%20sobre%20Mundan%C3%A7a%20Lingu%C3%ADstica%20e%20Hist%C3%B3ria%20Social.pdf?>] Acesso em: 18 out. 2017.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005. Disponível em: [[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359853/mod\\_resource/content/1/FARACO%20Carlos%20Alberto%20-%20Lingu%C3%ADstica%20Hist%C3%B3rica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359853/mod_resource/content/1/FARACO%20Carlos%20Alberto%20-%20Lingu%C3%ADstica%20Hist%C3%B3rica.pdf)]. Acesso em: 22 set. 2017.
- FARIA, E. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- FONSECA, O.; MORAIS, D. V. *Língua Latina: Gramática*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre, 1942.
- GONÇALVES, E.; RAMOS, M. A. *A lírica galego-portuguesa, textos escolhidos*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1983.
- MACHADO FILHO, A. V. L. *Diálogos de São Gregório: edição semidiplomática*. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em:

[<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17923/1/Edi%C3%A7%C3%A3o%20semidiplom%C3%A1tica%20DSGA.pdf>]. Acesso em: 08 dez. 2017.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto; 2006.

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica do português: fonética e morfologia*. 7. ed. Lisboa: Livraria Editora Clássica, 1969.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SAID ALI, M. *Grammatica historica da lingua portugueza*. 2. ed. São Paulo: Proprietária, 1931.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

VICENTE, G. *Auto da barca do inferno*. Porto: Porto editora, 2015. Disponível em: [<http://www.cm-sjm.pt/files/19/19501.pdf>]. Acesso em: 03 out. 2017.

WEEDWOOD, B. *Historia concisa da lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WEINREICH, U.; LABOV, W. e HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WIEDEMER, Marcos Luiz. *Variação e gramaticalização no uso de preposições em contextos de verbos de movimento no português brasileiro*. 2013. 250 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto. Disponível em: [<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110998/000793412.pdf?sequence=1&isAllowed=y>]. Acesso em: 08 dez. 2017.

*Recebimento: 24/12/2017*

*Aceite: 11/03/2018*